

TERRA DOS CEDROS CERCEADA: AS INTERFERÊNCIAS SÍRIO-ISRAELENSES NA POLÍTICA LIBANESA

Devlin Tavares Biezus¹
Andrew Patrick Traumann²

Resumo: O Líbano foi palco de interesses e influências políticas desde sua formação moderna, em 1920. O artigo pretende compreender o papel da influência estrangeira na política libanesa, com foco nas posições da Síria e de Israel desde a guerra civil de 1975 até o assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafik Hariri em 2005, o qual culminou na retirada das tropas sírias do Líbano. Os objetivos da pesquisa são: compreender a formação moderna do Líbano e como isso moldou a estrutura política do país; analisar as influências estrangeiras no Líbano e, por fim, identificar as consequências dessas influências no país e Oriente Médio. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e as principais fontes são as obras da literatura acadêmica sobre o tema.

Palavras-chaves: Oriente Médio, Líbano, Síria, Israel

Abstract

Lebanon was a stage for political interests and influences since its modern consolidation in 1920. This article intends to understand the role of the foreign influence on the lebanese politics, focusing on the positions of Syria and Israel since the civil war, in 1975, until the assassination of the former Prime-Minister Rafik Hariri in 2005, which culminated with the withdrawal of the Syrian troops from Lebanon. The objectives of this article are: to understand Lebanon's modern formation, and how it shaped the political structure of the country; to analyse the foreign influences in Lebanon; finally, to identify the consequences of those influences in the country and on the Middle East. The methodology used is the bibliographical research and the main sources are the academic literature about the theme.

Key-words: Middle East, Lebanon, Syria, Israel

Recebido em: 26/12/2018

Aprovado em: 22/01/2018

¹ Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba. E-mail: devlinbiezus@gmail.com

² Professor Doutor do curso de Relações Internacionais no Centro Universitário Curitiba. E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

Introdução

O Líbano foi palco de interesses e influências políticas desde sua formação moderna, em 1920. Devido ao Acordo de Sykes-Picot, o país foi formado no seio do mandato francês e mesmo após a formalização de sua independência, em 1943, a potência europeia foi uma das principais influenciadoras na institucionalização da base política do país que perdura até os dias atuais. Durante a guerra civil libanesa (1975-1990) os interesses sírios e israelenses na região não apenas contribuíram para a eclosão da guerra, mas também foram salientados com as invasões de ambos os países no território libanês. Essas invasões perduraram mesmo após o fim do conflito, uma vez que a retirada de Israel aconteceu no ano 2000 e a da Síria, em 2005. Foi também durante a guerra civil, com o surgimento do grupo Hezbollah, que o Irã passou a atuar na região apoiando a milícia xiita. Com esse panorama, é possível constatar que as intervenções e influências estrangeiras na política libanesa são uma projeção dos interesses regionais desses países em relação ao Oriente Médio.

O artigo pretende compreender o papel da influência estrangeira na política libanesa, com foco nas posições da Síria e de Israel perante o Líbano desde a guerra civil de 1975 até o assassinato do ex-primeiro-Ministro Rafik Hariri em 2005, o qual culminou na retirada das tropas sírias do Líbano. Para isso, o trabalho é dividido em três seções: a primeira aborda a formação moderna do Estado libanês e como isso influenciou na política e sociedade do país; a segunda seção contextualiza a Guerra Civil de 1975 de maneira a compreender as intenções das invasões sírias e israelenses no Líbano; a última seção compreende a reestruturação política libanesa pelo Acordo de Taif e os motivos que levaram a saída da ocupação estrangeira do país.

1. A Formação Moderna Do Estado Libanês E As Raízes Da Guerra Civil De 1975

A formação do atual Líbano ocorreu apenas no ano de 1943. Mas, as raízes históricas e culturais que formam a sociedade libanesa são datadas desde o surgimento da civilização fenícia. Motivo de orgulho principalmente entre as comunidades cristãs, o ideário da cultura fenícia está presente no imaginário da formação do Líbano. Cidades como Biblos, Sidon e

Trípoli fizeram parte das colônias fenícias e atualmente são importantes cidades portuárias do país.

Outros povos que formaram a estrutura da sociedade libanesa contemporânea são os cristãos maronitas, os quais se estabeleceram na região do Monte Líbano no ano de 650; o Império islâmico, que durante a Dinastia Omíada (661-750) expandiu seu território até os atuais Líbano e Síria; e o Império Turco-Otomano, que estabeleceu um governo semi autônomo nessa região, em 1516 (MEIHY, 2016, p. 182). A pluralidade religiosa é uma característica significativa do Estado libanês, o qual é composto por muçulmanos, sunitas e xiitas, cristãos maronitas, cristãos gregos ortodoxos, católicos gregos e drusos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2012).³

A aproximação entre a comunidade maronita e o ocidente começou com as Cruzadas católicas, cujo o objetivo era retomar a cidade de Jerusalém. Os cruzados chegaram na região do Monte Líbano em 1099. O vínculo religioso entre os dois grupos reforçou um sentimento identitário mútuo, fazendo com que muitos maronitas aderissem aos programas das cruzadas (COSTA, 2006, p. 27).

Durante a dominação do Império Turco-otomano (1516-1918), grupos religiosos minoritários reconhecidos pelo sultanato possuíam uma autonomia para gerenciar questões de cunho administrativas e judiciais, tais como casamentos, heranças, educação e cobrança de impostos. Isso evidencia como o papel do confessionalismo esteve presente na sociedade mesmo antes da formação do Estado libanês (MEIHY, 2016, p. 52). O desmantelamento do Império Otomano marcou uma reconfiguração brusca na geopolítica do Oriente Médio. Mesmo antes do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a expectativa das potências europeias era com a desintegração do Império. O Reino Unido via a dominação dos territórios pertencentes aos otomanos como uma importante fonte de recursos energéticos estratégicos, como o petróleo, além de ser uma maneira de expandir e consolidar seu império oriental. A França, com a justificativa nas conquistas francesas durante as Cruzadas e na proteção das comunidades católicas - principalmente aquelas encontradas na região do Monte Líbano -

³ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/le.html>> Acesso em: 4 out. 2017.

Dossiê Futebol, Mulheres e Guerra: o Oriente Médio na Atualidade

aspirava controlar os territórios dos atuais Líbano e Síria (FELDBERG, 2008, p. 160). Os interesses britânicos e franceses no Oriente Médio resultaram na criação do Acordo de Sykes-Picot, o qual dividia a região entre zonas de controle e influência do Reino Unido e França, como ilustra o mapa abaixo:

Figura 1 - Acordo de Sykes-Picot

Fonte: Encyclopædia Britannica⁴

O mapa exposto retrata quais foram as áreas que estiveram sobre domínio direto das potências europeias e as zonas de influência que estiveram sobre o protetorado da França e do Reino Unido, ou seja, controladas indiretamente por algum governo fantoche que servia aos interesses desses países europeus. Assim, o Líbano e a Síria eram áreas de domínio francês e o Iraque, a Jordânia e, posteriormente, a Palestina de domínio britânico. A área da Palestina, que a princípio seria submetida ao controle internacional, foi destinada para a imigração judaica. Os britânicos tomaram os territórios palestinos por meio da justificativa de lá criar um lar judeu. Essa justificativa foi materializada pela Declaração Balfour, uma carta publicada em 1917 a qual o secretário de Estado britânico prometia apoio a terra nacional dos judeus (FELDBERG, 2008, p. 163). Em suma, a declaração representava “uma nação que

⁴ Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Sykes-Picot-Agreement>> Acesso em: 17 de out. de 2017.

prometeu solenemente a uma segunda nação o país de um terceiro“ (PRIOR, 1999, p. 16, *apud* KOESTLER).⁵

A atual formação territorial libanesa ocorreu em 1920, quando foi anexado à região do Monte Líbano a atual província do Vale do Bekaa, a qual contava com uma grande população muçulmana sunita, além das regiões litorâneas incluindo cidades como Tiro, Sidon, Beirute e Trípoli. Assim, o Grande Líbano foi criado e desde então protestos em relação a formação desse Estado foram feitos pelas comunidades muçulmanas, que desejavam se unir a Síria (PINO, 1988, p. 51). A criação da Constituição libanesa em 1926 criou uma falsa ilusão de independência ao país, pois mesmo contendo a participação de grupos religiosos para o desenvolvimento da carta política, a França poderia vetar qualquer artigo que a prejudicasse, criando, então, um regime de protetorado no Líbano (COSTA, 2006, p. 55).

A Constituição institucionalizou o caráter confessional da política libanesa. O Artigo 96 declarava o direito de cada comunidade religiosa aos lugares no Senado, mas não foi escrito nenhum artigo que explicasse como o equilíbrio de poder entre esses grupos funcionaria (MEIHY, 2016, p. 57). O primeiro presidente do Líbano foi Charles Debbas, um grego-ortodoxo que cumpriu seis anos de mandato. Quando chegou ao fim seu governo, Mohamed Jisr, um *sheik* muçulmano sunita, anunciou sua intenção em ser futuro candidato à presidência. A comunidade muçulmana (sunita, xiita e drusa), se reuniu para reivindicar seus direitos de não apenas poder lançar um candidato para a presidência, mas também de obter a metade de cargos públicos no país, visto o número expressivo de pessoas que formavam essa comunidade. Devido a essas reivindicações, a Constituição foi suspensa pela França a pedido do patriarca maronita libanês e a realização de um censo populacional foi ordenada. O censo foi realizado no mesmo ano, 1932, e apontou uma população formada por: 402.363 cristãos, sendo que 226.378 eram maronitas; 383.180 muçulmanos, desses 175.925 eram sunitas e 154.208 eram xiitas; os drusos contavam com 53.047 habitantes. Baseando-se nesse resultado censitário, a estrutura institucional e confessional da política libanesa foi de fato construída (PINO, 1988, p. 52). O censo foi utilizado como um guia para a distribuição de poderes no governo libanês, assim, legitimando matematicamente o discurso de autoridade e controle

⁵ "One nation solemnly promised to a second nation the country of a third". Tradução livre

político da comunidade maronita (MEIHY, 2016, p. 58). O mandato de Debbas foi prolongado por mais um ano e, em 1936, o maronita Émile Eddé assumiu a presidência. Em 1937, um decreto estabeleceu a nova configuração cameral, a qual seria formada por sessenta deputados, dos quais dois terços seriam eleitos e um terço indicado, sendo que esses cargos seriam distribuídos de acordo com a proporção censitária (WINSLOW, 1996, p. 66).

O domínio francês no Líbano começou a enfraquecer a partir da Segunda Guerra Mundial. O vislumbre de uma possível independência trouxe ideias distintas de como deveria ser o Líbano futuro, marcando ainda mais as diferenças na sociedade e na elite política do país. O grupo maronita se dividia entre duas principais propostas: o Bloco Nacional defendia a independência, mas também o estabelecimento um Tratado de Amizade com a França e o Bloco Constitucional defendia uma independência absoluta, com a cessação de qualquer ligação com o país europeu. A proposta sunita em relação a independência englobava uma proposta pan-arabista, ideário defendido por essa comunidade desde antes da formação dos Estado libanês. Para que a independência no país fosse viável, as partes dissonantes deveriam chegar a um consenso. O resultado dessas discussões foi o acordo conhecido como Pacto Nacional (COSTA, 2006, p. 62).

Apesar da independência libanesa ter sido decretada pela França em 1941, a Constituição que ainda vigorava no país era a que atendia aos interesses do país europeu. Assim, a Câmara Legislativa aprovou emendas que colocavam fim sobre o mandato da França sobre o Líbano e também mudou o status da autoridade francesa no país de Delegado-geral para embaixador. Não satisfeitos com essas medidas, os representantes da França aprisionaram o Presidente e principais líderes políticos do Líbano. Esse ato resultou na união de grupos cristãos e muçulmanos contrários a ação francesa. Pressionada pela comunidade internacional, a França libertou os prisioneiros e concedeu a independência total ao Líbano, em 22 de novembro de 1943 (COSTA, 2006, p. 64). A união entre forças políticas divergentes por uma causa comum criou condições para a formação do Pacto Nacional. Esse acordo não é o documento formal, mas sim, um tratado de confiança mútua entre cristãos e muçulmanos que "estabeleceu a participação de todas as elites políticas no Estado independente e reforçou o sectarismo" (MEIHY, 2016, p. 59). O acordo previa que os grupos muçulmanos iriam

aceitar a não unificação do Líbano com a Síria e, em contrapartida, os cristãos iriam concordar em cooperar com os países árabes no que tange aos assuntos regionais. Foi também decidido que a presidência do país seria sempre exercida por um maronita, o cargo de Primeiro ministro por um sunita e a presidência da Câmara por um xiita. A quantidade de cadeiras no parlamento e os postos administrativos seriam distribuídos de acordo com a proporção de censo feito em 1932 (WINSLOW, 1996, p. 78).

As eleições para cargos parlamentares eram livres, mas os candidatos eleitos eram, em sua grande maioria, lideranças locais, o que reforçava o caráter elitista e feudal da política libanesa. O Pacto Nacional, apesar de ter proporcionado a independência do país por meio de um acordo com os principais grupos políticos, não foi bem recebido de maneira geral - principalmente pela comunidade muçulmana. Tanto o clima de ocupação estrangeira pré-independência, quanto a insatisfação pelo Pacto Nacional, propiciou o surgimento de diversos partidos políticos que defendessem as mais variadas vertentes ideológicas. Para citar os principais: o Partido Socialista Progressista (PSP), primeiro partido druso a obter relevância nacional e fundado por Kamal Jumblatt, possuía sua milícia armada e se aliou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP); o Partido Nacionalista Sírio, fundado por Antun Saadeh e defensor do projeto de unificação entre Líbano e Síria; e a Falange (Kataeb), principal partido maronita fundado por Pierre Gemayel, detentor de uma milícia composta por cerca de 10 mil homens; e o Partido Nacional Liberal, liderado pelo cristão maronita Camille Chamoun, que também possuía um braço armado conhecido como "Tigres de Chamoun" (PINO, 1988, p. 159-160).

O governo do primeiro Presidente do Líbano pós-independência, Bechara El Khoury, foi profundamente abalado por um dos principais acontecimentos do século XX: a criação do Estado de Israel, em 1948. O grupo maronita apoiava abertamente a criação do "Lar Judeu na Palestina" baseando-se na noção de uma aliança natural entre judeus israelenses e cristãos libaneses. Assim, o Presidente Khoury optou por não participar da Guerra árabe-israelense ao lado dos países árabes, mantendo apenas uma posição de apoio a esses países. A principal consequência direta dessa guerra para o Líbano foi a vinda de 170 mil refugiados palestinos ao seu território (COSTA, 2006, p. 69-70).

A insatisfação populacional com a vinda dos refugiados, em conjunto com ações cada vez mais autoritárias de Khoury, como a tentativa de manipular o Legislativo para que permanecesse no poder, fizeram com diversos setores políticos retirassem seu apoio ao líder. O resultado dessas pressões foi sua renúncia, em setembro de 1952. A presidência foi assumida provisoriamente por Fuad Shehab, chefe do exército, até que o parlamento elegeesse o novo Presidente, sendo esse Camille Chamoun. Em um contexto de Guerra Fria, o governo de Chamoun foi controverso por se aliar estreitamente aos Estados Unidos. Mas, diferentemente das oposições entre capitalistas e comunistas que envolvia os países do oeste *versus* leste, a explicação para a aliança de Camille Chamoun com a potência capitalista estava inserida em um contexto regional, marcado pela ascensão dos ideais pan-arabistas de Gamal Abdel Nasser (MEIHY, 2016, p. 63).

Presidente do Egito desde 1954 até sua morte, em 1970, Nasser foi o responsável pelo fortalecimento e alastramento dos ideais nacionalistas pan-arabistas no Oriente Médio. Em 1956, o líder nacionalizou o Canal de Suez, principal trajeto para o escoamento do petróleo extraído no Golfo Pérsico e na Península Arábica, o qual era controlado por empresas francesas e britânicas (COSTA, 2006, p. 72). A atitude anti-imperialista de Nasser fez com que sua ideologia ganhasse cada vez mais força na região. A principal, se não única, materialização do pan-arabismo foi a proclamação da união sírio-egípcia, em 1958. A então chamada República Árabe Unida (RAU) durou apenas até 1961 e todos os partidos sírios foram dissolvidos em prol do desenvolvimento da nova união. A criação da RAU fez com que as massas muçulmanas se manifestassem contra Chamoun, que já havia aderido a Doutrina Eisenhower - uma medida de auxílio militar e econômico da política externa estadunidense a qual prometia auxiliar os países que se declarassem contrários a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (PINO, 1988, p. 38).

A adesão de Chamoun à Doutrina Eisenhower fez com que a comunidade muçulmana visse o ato como um descumprimento do Pacto Nacional, já que houve uma renúncia do arabismo e uma cooperação com Ocidente. Ambas as situações eram contrárias do que era previsto pelo acordo. A posição ocidentalista de Camille Chamoun e o entusiasmo arabista por certos grupos políticos fizeram com que a relativa estabilidade vivida até a independência

do país se deteriorasse. Enquanto o governo maronita contava com apoio financeiro dos Estados Unidos, a oposição estreitou as relações com a RAU, a ponto da União ser acusada de interferir em assuntos internos libaneses (PINO, 1988, p. 39). A intensificação dos conflitos aconteceram após o assassinato de Nassib Matni, jornalista crítico de Chamoun e defensor dos ideais de Nasser. As suspeitas de quem havia cometido o crime recaíram imediatamente sobre Camille Chamoun, o resultado foi o início da primeira guerra civil no Líbano:

Os antichamounistas ergueram barricadas nos pontos estratégicos da cidade, bloquearam as estradas principais, fecharam o comércio e abriram trincheiras. Chamoun respondeu decretando o estado de guerra civil, e os líderes muçulmanos solicitaram e obtiveram armas de Nasser. [...] O embaixador dos Estados Unidos em Beirute decidiu então que Chamoun havia se tornado credor de uma intervenção norte-americana (COPELAND, 1969, *apud* PINO, 1988, p. 41).

A pedido do presidente libanês, as tropas estadunidenses desembarcaram em Beirute, em julho de 1958. O objetivo era restabelecer a ordem local e não entrar em um conflito direto entre as milícias que travavam a guerra, uma vez que Chamoun precisou utilizar o braço armado de seu partido depois que o General do exército, Fuad Shehab, negou o uso das forças regulares contra a população (COSTA, 2006, p. 76). A intervenção dos Estados Unidos foi capaz de suprimir o levante muçulmano, mas, segundo Pino (1988, p. 42), adiou a resolução do problema institucional que causou o conflito. Assim, a comunidade islâmica não foi capaz de propor soluções que possibilitassem a reforma desse sistema. Camille Chamoun terminou seu mandato, mas ao contrário do que acreditava, os Estados Unidos não o apoiou para uma reeleição, decidindo que um candidato que fosse capaz de congrega a maioria dos partidos e grupos de milícia seria melhor para a estabilidade do país. Desse modo, o Parlamento elegeu Faud Shehab a presidência.

2. A Guerra Civil (1975-1990) e as Invasões da Síria e Israel

A guerra civil no Líbano foi, em sua grande parte, consequência da política sectarista institucionalizada no país. Mas, tanto a Síria quanto Israel utilizaram da fragilidade do Estado libanês para poder suprir seus interesses. O conflito de 1958 deixou as comunidades

maronitas e muçulmanas insatisfeitas com o desenrolar político do país e ambas acreditavam terem saído desfavorecidas da situação (COSTA, 2006, p. 79). O conflito entre Israel e os países árabes teve como uma de suas consequências a saída de um grande número de palestinos de suas casas, muitos desses se refugiaram no Líbano, como já mencionado. A questão Palestina e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) seria, então, mais um ponto de divergência que evidenciaria as diferenças já existentes entre as comunidades sectárias do país.

A Guerra dos Seis Dias, em 1967, entre Israel e a frente árabe - formada por Síria, Jordânia e Egito - implicou no fortalecimento da resistência Palestina. Já que, os países árabes foram derrotados e tidos como incapazes de retomar a região ocupada por Israel. Assim, a OLP, que já existia desde 1964, passou a ser o agente de tomada de decisões em relação a reconquista da Palestina. O primeiro presidente da Organização foi Ahmed Chukeiri, o qual foi substituído por Yasser Arafat, membro do grupo guerrilheiro *al-Fatah* (PINO, 1988, p. 57). A partir de 1968, a Resistência palestina começou a utilizar os territórios do sul do Líbano como uma base de ataques contra colônias israelenses na região da Galiléia. O Exército libanês, formado majoritariamente por cristãos, retalharam a Resistência, iniciando, então, uma série de protestos da população muçulmana a favor dos palestinos (PINO, 1988, p. 60).

A presença da OLP no Líbano aumentou drasticamente após a expulsão da resistência palestina da Jordânia. As forças se reagruparam em Beirute e começaram a buscar aliados políticos que endossassem a autonomia de atuação do grupo dentro do Líbano (HUDSON, 1997, p. 253). A atuação da OLP no país foi legitimada pelo Acordo de Cairo, o qual foi assinado, em 1969, pelo General Emile Bustani, comandante do Exército libanês, e por Yasser Arafat. O principal objetivo era um cessar-fogo entre o exército libanês e as guerrilhas, além de regular as relações entre palestinos e o Estado do Líbano. Ficou definido que os palestinos deveriam se submeter a autoridade libanesa fora dos campos de refugiados, assim, não poderiam realizar ataques contra Israel. Mas, lhes foram concedidos autonomia para atuar dentro dos campos, o que permitia que os palestinos se auto governassem, criando, na prática, um Estado dentro de um Estado (WINSLOW, 1996, p. 157). Portanto, o tratado consentia que

a OLP usasse do território libanês como meio de ataques contra Israel (ZAHREDDINE, 2011, p. 9).

O crescimento da OLP no Líbano começou a ser visto como ameaça por alguns grupos maronitas. Cristãos nacionalistas acreditavam que a estratégia da Organização era depor o governo libanês e o substituir por uma coalizão que serviria aos seus interesses (HUDSON, 1997, p. 254). Ao mesmo tempo, a maioria dos libaneses muçulmanos e nacionalistas árabes, em conjunto com grupos de esquerda e progressistas, apoiavam a presença militar palestina no país (ROWAYHEB, 2011, p. 417). A relação entre as guerrilhas palestinas, o governo libanês e as milícias confessionais era frágil e provocativa. Não há como definir o momento exato em que a segunda guerra civil no Líbano foi desencadeada. Os confrontos entre milícias cristãs, guerrilheiros palestinos e grupos libaneses muçulmanos começou em pequenas escalas. Mas, as retaliações e sentimentos de vingança aumentavam a proporção de cada ataque.

O evento que marca a escalada dos confrontos é o massacre no bairro de Beirute, Ain Rumaneh, em 13 de abril de 1975. A milícia falangista fazia o controle da região em que seu líder, Pierre Gemayel, inaugurava uma igreja. A milícia deteve um veículo ocupado por palestinos, resultando em uma discussão que culminou com um dos chefes falangistas baleado. Logo depois, um ônibus ocupado por guerrilheiros palestinos, mulheres e crianças passou pelo local. Seus ocupantes desconheciam o que acabara de acontecer, mas, como represália, os milicianos da falange metralharam o veículo, matando os 26 passageiros (PINO, 1988, p. 85).

Em meio aos conflitos sectários que aumentavam de proporções, a Síria - que desejava aumentar sua influência não apenas no Líbano, mas mostrar-se como uma liderança prepotente no Oriente Médio - mediou diversas tentativas de cessar-fogo. Em dezembro de 1975, o presidente sírio, Hafez al-Assad, propôs um plano de cinco pontos para solucionar o conflito, nele incluía: igualdade de representação entre cristãos e muçulmanos no Parlamento, eleição do Primeiro-ministro feita pela Câmara; criação de um Conselho Econômico e abolição do confessionalismo na administração pública (PINO, 1988, p. 98). O plano acabou se tornando apenas mais uma das falhas tentativas em entrar em um consenso sobre a reforma

institucional do país. Nenhuma das partes aceitaram o acordo. Além dos esforços na mesa de negociação, a Síria também possuía forças indiretas no território libanês. Esse contingente era composto pelo Exército de Libertação Palestina (ELP), uma facção armada da OLP, mas que era mantida pelo governo sírio, e a guerrilha Al Saika (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 130).

A posição de Hafez al-Assad na Guerra do Líbano, a princípio, parece contraditória e dúbia. Assad já havia auxiliado financeira e militarmente a OLP e partidos da esquerda libanesa. Então, por que se aliar ao governo e aos grupos cristãos? Os interesses do presidente sírio eram mais importantes que seus aliados naturais, portanto, mudar seu apoio, mais de uma vez, para grupos adversários fazia parte das estratégias pragmáticas de Assad. O interesse sírio no Líbano era poder influenciar politicamente no país, para isso, é preciso analisar os atores do conflito. Uma ascensão dos partidos radicais e de esquerda implicaria no desmantelamento total da ordem política. O interesse de Hafez al-Assad não era a ruína do Estado libanês, muito menos sua fragmentação. Seu objetivo era manter o Líbano fraco suficiente para que pudesse recorrer à Síria em busca de assistência para manter a estabilidade e a governabilidade. Além disso, uma vitória da OLP encorajaria a intervenção de Israel no Líbano, e por consequência, um conflito entre Síria e Israel. Assad entendia que seu exército não seria páreo com as forças israelenses, portanto, evitar um conflito com Israel seria indispensável (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 129).

Em 1976, a guerra da OLP e dos grupos de esquerda para tomar o poder no Líbano estava intensificada. Os líderes maronitas se voltaram à Israel em busca de auxílio contra seus inimigos. Yitzhak Rabin, então Primeiro-ministro israelense, respondeu ao pedido de ajuda dizendo que "Israel ajudaria os cristãos a se ajudarem". Ou seja, a assistência israelense se restringiria a armamentos e conselhos para as forças cristãs. Não satisfeitos com a resposta de Israel, as lideranças maronitas e o governo libanês se voltaram à Síria requerendo uma intervenção militar no país. A Síria aceitou o pedido e, em junho de 1976, suas forças oficiais entraram no território vizinho. A posição síria no Líbano estava consolidada (ZISSER, 2009, p. 401).

Negociações indiretas foram realizadas entre Síria e Israel em relação a essa invasão. A Síria comprometeu-se, não oficialmente, em concordar com o domínio israelense nas

Colinas de Golã, região que a pertencia, mas foi ocupada por Israel durante a Guerra dos Seis Dias (1967), em troca do consentimento israelense sobre a posição síria no Líbano. O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, foi a Damasco em nome de Israel para que fosse traçado o limite das tropas sírias no Líbano. A "linha vermelha" se localizava nas margens do rio Litani e indicava que a Síria não poderia agir ao sul dessa divisão. Essa negociação configurou a aprovação, tanto de Israel quanto dos Estados Unidos, da invasão militar síria no território libanês (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 132).

Pressionando os deputados libaneses, Assad conseguiu que fosse eleito um novo presidente no país, Elias Sarkis, que favorecesse os interesses sírios (COSTA, 2006, p. 103-104). Os ataques da Síria contra as milícias palestinas fez com que a OLP recorresse à Liga Árabe, - organização formada em 1945 pelos Estados árabes - com a esperança de que conseguiria cessar os ataques. A Liga, então, optou pela substituição das tropas sírias pela Força de Paz Árabe, a qual seria composta por soldados sírios e líbios. Na prática, a criação dessa força não ocasionou mudanças, já que a Síria possuía mais números de soldados nesse contingente. Além disso, Assad declarou à Liga Árabe que ele apenas retiraria seu exército sob solicitação do Presidente libanês (PINO, 1988, p. 112). Mais tarde, em 1976, esse grupo foi substituído pela "Força Árabe de Dissuasão" que era composto também por soldados da Arábia Saudita (MEIHY, 2016, p. 69).

O consenso entre Síria e Israel em relação ao Líbano perdurou até 1978. Um dos principais fatores que fez com que Israel mudasse sua posição foi o acordo de paz em negociação com o Egito - apoiado pelo presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Os Acordos de Camp David, como ficou nomeado o tratado, incluía a devolução do território do Sinai ao Egito, ocupado por Israel desde 1967, e a normalização das relações entre os dois países (PAIXÃO, 1995, p. 131). Com o sudoeste de sua fronteira segura, Israel, a partir de então, poderia concentrar seus esforços no seu inimigo ao norte: a OLP.

A organização dominava uma grande parte dos territórios do sul libanês, o que permitia a realização de ataques constantes a Israel. O partido e grupo armado Falange foi um dos principais aliados de Israel para o confronto com a OLP. Entretanto, Israel já agia indiretamente no Líbano. Ainda em 1977, o país financiava a milícia Exército do Sul do

Líbano (SLA), comandada pelo general Haddad, a qual conseguiu conquistar aldeias cristãs no sul do país que estavam sob comando da OLP ou das milícias de libaneses muçulmanos (COSTA, 2006, p. 106).

A Operação Litani, iniciada por Israel em março de 1978, visou dismantelar as forças da OLP ao sul do rio Litani. Segundo Robert Fisk (2007, p. 183), O ministro da Defesa israelense, Ezer Weizmann, disse em entrevista coletiva que foi decidido "limpar de uma vez por todas as concentrações terroristas no sul do Líbano". Para que as relações entre israelenses e sírios ainda continuassem equilibradas, o ministro também afirmou que:

Espero que a Síria compreenda que é uma operação limitada ao sul do Líbano, que o governo libanês compreenda que é uma operação preventiva e que o resto do mundo civilizado perceba que é dirigida essencialmente à prevenção contra a população civil de Israel (FISK, 2007, p. 183)

Os ataques israelenses durante a Operação Litani não conseguiram destruir a OLP, contudo, a milícia palestina precisou recuar a maior parte de seu contingente para as margens nortes do rio. A maioria das vítimas desses ataques foram civis (FISK, 2007, p. 187). No quarto dia da Operação Israel já havia conseguido formar um "cinturão de segurança" de cem quilômetros na fronteira libanesa. Em resposta a essa invasão, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução 425, advertindo Israel a retirar suas forças do país. A Resolução foi ignorada, portanto, as tropas foram retiradas apenas em junho, deixando a faixa territorial que ocupava nas mãos do comandante do Exército do Sul do Líbano (PINO, 1988, p. 124).

A retirada de Israel não implicou no apaziguamento da Guerra Civil, a qual passou a apresentar conflitos também dentro dos grupos confessionais. Os principais combates foram entre a milícia Falange e os guerrilheiros do ex-Presidente, Suleiman Frangieh. Bashir Gemayel, líder da Falange, passou a defender um estreitamento nas relações com Israel. A Síria viu essa posição como traição e resultou no fim da aliança entre sírios e maronitas. Enquanto Gemayel se aproximava dos israelenses, Frangieh continuou apoiando Hafez al-Assad. A hostilidade entre os dois grupos maronitas culminou no assassinato de Tony Frangieh, filho de Suleiman, de sua esposa e filha pelas forças da Falange. Em represália, a

Síria lançou seu primeiro ataque geral a Falange. Outro conflito que surgiu e se intensificou durante os anos de 1979 e 1980 foi o confronto entre grupos xiitas e OLP ao sul do Líbano. Os xiitas, que sempre foram marginalizados e deixados ao ostracismo perante o aparato do Estado libanês, começaram a ganhar força por meio da organização guerrilheira Amal. A população xiita via a OLP como culpada pela sua situação, já que muitas das vítimas dos ataques israelenses ao sul do Líbano eram xiitas (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 133).

O início dos anos de 1980 marcou o quinto ano da guerra civil e uma nova década em que os conflitos se tornariam ainda mais cruéis. Israel decidira novamente invadir o Líbano, dessa vez ultrapassando os limites da "linha vermelha". Dois importantes fatores explicam essa nova invasão em maior escala: o primeiro foi a aliança com os cristãos da Falange, cujo objetivo de destruir a OLP era compartilhado com Israel; o segundo foi a ascensão do partido Likud ao governo israelense, tendo como Primeiro-Ministro Menachem Begin e Ariel Sharon como Ministro da Defesa. Suas ideologias políticas eram excessivamente voltadas a questão de segurança de Israel, principalmente em relação às fronteiras com o Líbano. Assim, as ambições de Sharon eram acabar tanto com a presença da OLP quanto com a influência militar síria em território libanês para que, então, Israel pudesse substituir a Síria como ator dominante na área política (ZISSER, 2009, p. 402). A "Operação Paz na Galileia" iniciou em junho de 1982 e as tropas israelenses marcham rumo a Beirute, capital do Líbano e do aparato administrativo e operacional da OLP. Israel, em uso desproporcional da força, bombardeou os locais em que pudesse haver alguma resistência palestina, isso incluía também os campos de refugiados. As tropas israelenses foram capazes de afastar as forças sírias de Beirute e demais áreas estratégicas do Líbano, entretanto, Assad não retirou seu exército do país, apenas as deslocou para evitar um conflito direto com Israel (HINNEBUSCH, 2007, p. 143).

Após dismantelar as forças da OLP ao sul do país e aprisionar mais de 15 mil guerrilheiros, o Exército israelense chegou em Beirute saudado pela população maronita. O CSNU, mais uma vez, aprovou uma nova resolução exigindo a saída imediata de Israel. A Resolução 509 foi ignorada, assim como a anterior. Israel bombardeou bairros de Beirute e preparou o cerco à cidade. O comando era de não se retirar dali até que a OLP abandonasse o país (PINO, 1988, p. 137). Cercada pelo forte Exército israelense, a única solução para a OLP

era se retirar do Líbano. Yasser Arafat aceitou que os líderes e combatentes palestinos fossem evacuados da capital. Assim, o Estado que a OLP havia criado dentro do território libanês é desmantelado e a Organização se dirige a Tunísia com objetivo de se rearticular (COSTA, 2006, p. 119). Israel parecia ter alcançado todos seus objetivos quando, em agosto de 1982, Bashir Gemayel foi eleito a presidência. Contudo, menos de um mês depois, o novo Presidente falangista seria assassinado em Beirute. Gemayel foi vítima de um atentado na sede de seu partido. Os principais suspeitos do assassinato foram a Síria, cuja influência havia sido reduzida com a eleição de um presidente apoiado por Israel, e os palestinos, que mesmo sem provas de haverem cometido o atentado, pagaram o preço pela morte do presidente e líder da Falange (MEIHY, 2016, p. 171).

Entre os dias 16 e 18 de setembro as tropas israelenses adentraram em Beirute e cercaram os campos de refugiados Sabra e Shatila. O Exército permitiu a entrada das milícias falangistas aos campos e negou a saída de qualquer pessoa. O resultado foi impiedoso e inumano. As forças da Falange assassinaram mais de duas mil pessoas, sendo a grande maioria palestinos. O autor e jornalista Robert Fisk, ao entrar no acampamento de Chatila pouco tempo depois dos massacres, relatou:

O que encontramos dentro do campo palestino de Chatila às dez da manhã de 18 de setembro de 1982 é inacreditável demais para se descrever, embora talvez fosse mais fácil recontar na prosa fria de um relatório médico. Já haviam acontecido massacres no Líbano, mas raramente nessa escala e jamais sob as vistas grossas de um exército regular e supostamente disciplinado. No pânico e ódio da batalha, dezenas de milhares foram mortos neste país. Mas essas pessoas, centenas delas, foram abatidas desarmadas. Isso era um assassinato em massa, um incidente - com que facilidade usávamos a palavra "incidente" no Líbano - que também era uma atrocidade. Ia muito além até mesmo do que os israelenses teriam chamado, em outras circunstâncias, de uma atrocidade terrorista. Era um crime de guerra (FISK, 2007, p. 489).

Ariel Sharon, Ministro de defesa israelense, foi tido como co-responsável pelos massacres. O motivo do assassinatos foi uma retaliação cristã à morte de Gemayel, mas Sharon poderia tê-los evitado se assim desejasse (COSTA, 2006, p. 119).

A presidência libanesa foi assumida por Amin Gemayel, irmão de Bashir. Amin sofreu uma grande oposição em seu governo a ponto de sua legitimidade ser questionada. Em realidade, o presidente exercia seu poder de fato em pequenas porções do território libanês, o restante ainda estava dividido entre as facções e milícias sectárias. A Síria, de maneira a evitar que Israel obtivesse o controle do Líbano, passou a apoiar organizações xiitas. A invasão israelense e seus ataques constantes ao sul do Líbano foram alguns dos fatores que culminaram para o surgimento do grupo Hezbollah. Além do apoio sírio, o Hezbollah recebeu financiamento iraniano, já que a recém formada República Islâmica via o grupo como um instrumento para expandir sua revolução teocrática (NORTON, 2007, p. 34). A ascensão e fortalecimento das organizações xiitas, tanto o Amal quanto o Hezbollah, deixou ainda mais evidente a fragmentação política do país. Essa circunstância, em conjunto com a retirada de Israel a capital Beirute, fez com que a Síria voltasse a ganhar legitimidade como um ator estabilizador do conflito. O regresso da influência síria fez com que al-Assad desejasse formar um governo que favorecesse seus interesses. Em 1988, a Síria tentou controlar as eleições presidenciais no Líbano a favor do candidato pró-Síria, Mikhail Daher. O Parlamento não entrou em um consenso em relação a nomeação de Daher, visto que, muitos deputados percebiam sua candidatura como uma ofensa à soberania do Líbano. Diante do impasse da nomeação presidencial, Amim Gemayel, nos seus últimos momentos do mandato, nomeou o General Michel Aoun como Primeiro-ministro, que nesse caso também exerceria o papel de Chefe de Estado até a nomeação de um Presidente (COSTA, 2006, p. 129).

Em 1989, a Guerra Civil no Líbano estava chegando, ao menos oficialmente, ao seu fim. Em maio do mesmo ano, a Liga Árabe se reuniu no Marrocos para negociar a paz no conflito de mais de duas décadas no Líbano. Acusada de interferir demasiadamente na situação libanesa, a Síria propôs reivindicações para que uma paz fosse alcançada, entre elas se destacam: a reconciliação entre milícias e a formação de um governo que privilegiasse os interesses sírios. Mas, Michel Aoun não concordou com os termos. Isto posto, para atores externos, como Estados Unidos e Arábia Saudita, seria mais fácil ignorar os desejos de Aoun e negociar o fim da guerra com a Síria (MEIHY, 2016, p. 74). As bases consensuais entre

atores externos criou condições para as negociações de paz, e também, um novo reconhecimento da posição síria no Líbano.

3. O pós-guerra e a permanência dos interesses sírio-israelenses no Líbano

Apesar de Israel ter retirado suas tropas de Beirute, o Exército permaneceu no sul do país. Sua justificativa para continuar ocupando essa região, denominada "Zona de Segurança", se baseava nos ataques que as milícias - principalmente o Hezbollah - perpetravam contra o território israelenses. Com a influência síria cada mais mais fortalecida, Michel Aoun conseguiu reunir o apoio de milícias drusas e parte dos grupos maronitas e muçulmanos.

A nomeação de Michel Aoun como Primeiro-ministro havia criado um grande conflito político, uma vez que essa posição é historicamente exercido por um muçulmano. Ainda mais, o cargo já havia sido sucedido por Salim al-Hoss, que foi reconhecido como o Primeiro-ministro para a comunidade muçulmana. Assim, criando uma divisão no governo libanês (COSTA, 2006, p. 129). A "última rodada" da Guerra Civil libanesa foi travada, portanto, entre os grupos apoiadores de al-Hoss - também apoiado pela Síria - e de Michel Aoun. Concomitante a esses conflitos começaram as negociações de paz na cidade da Taif, Arábia Saudita. Os 62 deputados do parlamento libanês - 32 cristãos e 32 muçulmanos - foram levados a mesa de negociação em Taif (WINSLOW, 1996, p. 264). A viagem havia sido patrocinada por Rafic Hariri, empresário bilionário das indústrias construtoras que possuía grandes relações com a Arábia Saudita e que seria o futuro Primeiro-ministro libanês no início da década de 2000 (ZAHREDDINE, 2011, p. 10).

Os deputados concordaram em uma reforma institucional e os principais pontos do acordados no Acordo de Taif foram:

1. O estabelecimento de uma Câmara de Deputados formada por 108 membros com a composição igualmente dividida entre cristãos e muçulmanos;
2. Manter o cargo presidencial para os cristãos;
3. Impossibilitar com que o Presidente legisle independentemente do Conselho;

4. Produzir um Conselho cujo Primeiro-Ministro seja eleito pela Câmara, o qual seria presidido pelo Presidente, mas esse não teria direito a voto (WINSLOW, 1996, p. 264).⁶

Essas reformas, portanto, não introduziram nenhum mecanismo que poderia fortalecer a capacidade governamental de lidar com protestos violentos que poderiam escalar para uma guerra civil. A proposta dos Acordos de Taif foi remodelar a distribuição de poder político, principalmente dentro do campo executivo, mantendo a existência das questões sectárias e confessionais na política (ROWAYHEB, 2011, p. 426). Apesar da política libanesa ainda estar composta pelos grupos confessionais, o remodelamento dos cargos permitiu que o poder político não se restringisse apenas à figura presidencial maronita. Um Primeiro-ministro eleito pelo parlamento mais igualitário - não mais apontado pelo presidente - possibilitou uma participação real dos setores muçulmanos na política (ROWAYHEB, 2011, p. 431). Além da questão da redistribuição de poder entre os grupos sectários libaneses, o Acordo de Taif também determinou que a dimensão das forças sírias que ocupavam o Líbano seria determinado em um acordo posterior entre os dois Estados. Ainda, o Exército sírio se retiraria de Beirute em dois anos e se reorganizaria na região do Vale do Beqaa (YAHIEL; HONIG, 2016, p. 138).

O Acordo de Taif foi finalizado em outubro de 1989 e ratificado em novembro. Entretanto, Michel Aoun havia informado que iria impedir que o tratado fosse implementado. Hafez al-Assad conseguiu com que Elias Hrawi fosse eleito Presidente - um candidato que cooperaria com os interesses de Damasco. O Presidente libanês, então, deu um ultimato de cinco dias para que Michel Aoun deixasse o Palácio Presidencial de Baabda (WINSLOW, 1996, p. 265). Aoun e Hrawi tentaram negociar sua saída do cargo, mas os termos não eram aceitos por ambos. Assim, a Síria agiu de modo a resolver o impasse: em outubro de 1990,

⁶ "1. establish a 108-member Chamber of Deputies with membership divided equally between Muslims and Christians,

2. retain the office of President for the Christians,

3. make it impossible for the President to legislate independently of the Council, i.e., subject to a Sunni veto,

4. produce a Council with a Prime Minister selected by the Chamber, presided over by the President who would have no vote." Tradução livre.

aviões sírios bombardearam o Palácio de Baabda, fazendo com que Michel Aoun se refugiasse na embaixada francesa e marcando o fim da Guerra Civil libanesa (COSTA, 2006, p. 130).

Desde o início da década de 1990 até 2005 a Síria exerceu um domínio quase total das políticas domésticas e exteriores do Líbano (SALLOUKH, 2005). Esse domínio foi consentido pelos Estados Unidos graças a posição de Hafez al-Assad favorável aos EUA, participando da coalizão anti-Iraque durante Primeira Guerra do Golfo - a invasão estadunidense ao Iraque devido a anexação do Kuwait por Saddam Hussein, em 1990 (ZISSER, 2009, p. 403).

Os ataques do Hezbollah aos israelenses na "Zona de Segurança" continuou com o apoio de Damasco até a retirada de Israel do Líbano. O Acordo de Taif comandava o desarmamento de todas as milícias e sua transformação em partidos. Sob o pretexto de que Israel ainda ocupava o território libanês, o Hezbollah manteve seu braço armado, mas acatou a prerrogativa de se tornar um partido (COSTA, 2006, p. 133). Devido ao seu discurso de resistência contra a ocupação israelense e seu investimento em hospitais e escolas ao sul do Líbano, o Hezbollah ganhou uma grande legitimidade e apoio popular, ocasionando o fortalecimento do grupo e de seus ataques. Em 1996, Israel iniciou a "Operação Vinhas da Ira", atacando o sul do Líbano, Beirute e o Vale do Bekaa. Os objetivos de Israel eram expulsar grande parte da população ao sul do território com a intenção de que esses refugiados exigissem do governo libanês uma ação contra o Hezbollah. Além disso, as forças israelenses também buscaram destruir as bases do Hezbollah e da Síria. As ações de Israel reverberaram de maneira extremamente negativa perante a comunidade internacional. A situação piorou após o bombardeio na vila de Qana, o qual atingiu refugiados libaneses que se encontravam sob proteção da ONU (COSTA, 2006, p. 142).

As retaliações desproporcionais fizeram com que grupos libaneses de muçulmanos e cristão se voltasse contra a ocupação de Israel. O apoio da população consentido a doutrina de resistência do Hezbollah cresceu a medida com que a morte de civis pelas armas israelenses também crescia. O grupo xiita fez com que os custos, tanto financeiros quanto humanitários, permanecem altos para Israel (EL HUSSEINI, 2010, p. 807). Logo, uma das promessas de

campanha do candidato a Primeiro-ministro Israelense, Ehud Barak, era a retirada do Líbano já no primeiro ano de seu mandato. Como Barak não conseguiu uma negociação com a Síria em relação aos territórios sírios ocupados, Israel retirou suas forças de maneira unilateral do Líbano (NORTON, 2007, p. 88).

A retirada israelense do Líbano veio em maio de 2000. Apesar de ter desocupado a área denominada como "Zona de Segurança", Israel manteve suas forças em uma pequena região na tríplice fronteira com o Líbano e a Síria. As "Fazendas de Shebaa" possuem cerca de 32 quilômetros quadrados e Israel a declarou como parte das Colinas de Golã, portanto território sírio que é ocupado por Israel. A Síria e o Líbano afirmavam que a região era território libanês. O Hezbollah, cuja missão era a resistência contra a ocupação de Israel, viu nessa ação uma oportunidade de continuar com seu braço armado. Seu argumento era de que Israel não havia se retirado completamente do Líbano (EL HUSSEINI, 2010, p. 808). Os motivos da desocupação da "Zona de Segurança", segundo Kaye (2002), vão além das pressões domésticas geradas pela opinião pública e das baixas sofridas pelas Forças de Defesa Israelense:

entre 1997 e 2000, emergiram não apenas novos movimentos sociais em oposição a zona de segurança, mas também uma mudança no pensamento da elite política e no condicionamento da questão libanesa entre as linhas partidárias (KAYE, 2002, p. 562)⁷

O pensamento da elite política israelense coincidia na defesa da retirada das tropas da Zona de Segurança. Contudo, o motivo se diferenciava entre os partidos. Os líderes do Partido Trabalhista apoiavam a retirada porque acreditavam que facilitaria um acordo político com a Síria. Já o Likud - partido da direita conservadora e que mais tarde seria representado na chefia do governo por Benjamin Netanyahu - acreditava que a retirada evitaria um acordo com a Síria que implicasse concessões sobre as Colinas de Golã (KAYE, 2002, 562).

⁷ "Between 1997 and 2000, there emerged not only new social movements opposed to the security zone, but also a shift in elite thinking and packaging of the Lebanon issue across party lines".
Tradução livre.

A desocupação de Israel é tida como um dos motivos do enfraquecimento da posição síria no Líbano. Visto que a ocupação era a única moeda de troca que a Síria possuía contra Israel devido as baixas sofridas pelos israelenses nas batalhas contra o Hezbollah (ZISSER, 2009, p. 404). Ainda, outro motivo que também contribuiu com o enfraquecimento do domínio da Síria no Líbano é a morte de Hafez al-Assad, em junho de 2000. Bashar al-Assad substituiu seu pai como presidente sírio e adotou uma abordagem diferente em relação ao Líbano. Diferentemente de Hafez, Bashar al-Assad não se envolvia nos detalhes do cotidiano político libanês. Assim, ele esperava que o Líbano cuidasse de seus próprios assuntos, desde que cumprisse as ordens de Damasco. Além disso, Bashar al-Assad fortaleceu os laços entre a Síria e Hezbollah. Isso permitiu que a organização agisse de maneira mais independente, culminando em seu fortalecimento e diminuindo os meios que a Síria teria de coagir para que o Hezbollah agisse de acordo com os interesses sírios (YAHIEL; HONIG, 2016, p. 141-142).

O Hezbollah retomou sua luta de resistência contra as tropas israelenses, nas Fazendas de Shebaa. Esses ataques permaneceram sem retaliação até o fim do mandato de Ehud Barak. Em fevereiro de 2001, Ariel Sharon foi eleito Primeiro-ministro de Israel - como mencionado, já havia ocupado o posto de Ministro da Defesa durante a invasão ao Líbano em 1982. Sharon adotou uma postura mais ativa e imperativa sobre essas ameaças. Israel deixou de ver a Síria como o ator estabilizado no Líbano, como havia visto logo após o Acordo de Taif. Sharon percebia a atuação síria como a raiz dos problemas enfrentados por Israel. Assim, o alvo de retaliação deixou de ser o Hezbollah para ser a Síria. Em abril de 2001, Ariel Sharon realizou o primeiro ataque militar direto à Síria desde 1985. Os ataques israelenses foram direcionados às estações de radares sírias, primeiro na região do Monte Líbano e em um segundo momento no Vale do Bekaa. As retaliações para esses ataques não partiram das forças da Síria, mas sim, do Hezbollah (ZISSER, 2009, p. 405).

Além dos ataques, Israel começou a questionar a legitimidade da Síria no Líbano perante a comunidade internacional. Para colaborar com a posição israelense, as relações entre Síria e as potências ocidentais, como os EUA e a França começou a deteriorar. Os atentados de 11 de setembro e a resposta estadunidense da "Guerra ao Terror" dividiu o Oriente Médio entre os países que apoiavam a invasão do Iraque de 2003 e aqueles que eram

contrários às tropas americanas na região. Bashar al-Assad decidiu não cooperar com os Estados Unidos. O presidente sírio foi acusado por George W. Bush por auxiliar forças terroristas contra os EUA no Iraque. Portanto, sanções econômicas e econômicas foram impostas à Síria. Além das sanções, os EUA e a França foram eficazes em rapidamente submeter um rascunho para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. O resultado foi a criação da "Resolução 1559", a qual exigia a retirada imediata das forças estrangeiras do Líbano e o desarmamento das milícias. A Resolução foi aprovada com 9 votos a favor e 6 abstenções. A Algéria - único país árabe que fazia parte do Conselho de Segurança na época - também se absteve na votação, o que demonstra o tamanho isolamento vivido pela Síria no âmbito internacional (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 144-145).

Protestos da população libanesa contrários a ocupação de Damasco começaram a se fortalecer. A retirada de Israel propiciou discussões sobre a falta de justificativa da presença síria contínua no país (ZISSER, 2009, p. 506). Grupos rivais durante a Guerra Civil, como os maronitas e os drusos, se uniram contra a Síria. O líder druso Walid Jumblatt, que outrora aprovava as forças de Assad no Líbano, afirmou que apesar de ser favorável em manter o Exército sírio no Líbano como parte de uma estratégia de defesa contra Israel, exigiu o fim da interferência síria nos assuntos internos libaneses. As vozes anti-Síria soaram ainda mais altas quando Bashar al-Assad demonstrou interesse em aumentar o mandato do Presidente libanês pró-Síria, Emile Lahoud. Damasco conseguiu com que a maioria do parlamento do Líbano aprovasse a emenda constitucional que permitiria o prolongamento do termo de Lahoud. Frustrado com a posição incisiva da Síria na política libanesa, o Primeiro-Ministro Rafik Hariri renunciou seu cargo. Mas, Hariri continuou como um dos principais atores que denunciavam a ocupação síria no país (YAHTEL; HONIG, 2016, p. 143-145).

Em fevereiro de 2005, um atentado a bomba em Beirute matou 21 pessoas. O ex-Primeiro-Ministro, Rafik Hariri, foi uma das vítimas. A Síria e o Irã acusavam Israel pelo atentado. Mas, a população libanesa saiu às ruas para protestar pela saída síria do país (MEIHY, 2016, p. 77). O sectarismo da sociedade libanesa deu lugar para um movimento nacional unido o qual defendia a soberania do Líbano. Simultaneamente com os grandes protestos populares, - chamados de Revolução dos Cedros - os Estados Unidos intensificaram

seu discurso contra a Síria. De maneira a encontrar a melhor saída para que continuasse a preservar sua presidência, Bashar al-Assad retirou suas forças do Líbano, em 27 de abril de 2005 (COSTA, 2006, p. 153-154).

Considerações Finais

Apesar do Líbano ser formalmente independente desde 1943, o exercício dessa independência não foi simples. Assim como sua população, sua soberania foi retalhada por forças estrangeiras em nome de uma ideologia, ou de uma luta maior. Os primeiros foram os franceses, os quais vieram com a intenção de institucionalizar um Estado cristão no Oriente Médio. O resultado é uma assimetria entre os grupos religiosos que perdura até a atualidade. Poucos anos após sua independência, a criação de um novo vizinho acarretaria em mais problemas para a soberania libanesa. A formação de Israel, em 1948, não veio silenciosa. A "Guerra da Libertação" refugiou um grande número de palestinos no Líbano. Mais tarde, o surgimento e a ida da OLP para o território libanês criou condições para que a Organização agisse dentro do país de maneira autônoma. A Síria veio depois, - e também foi a última a sair - seus interesses estratégicos em uma luta indireta com Israel e a crença de que o Líbano deveria ser parte da "Grande Síria" fizeram com que o Presidente Hafez al-Assad adotasse políticas pragmáticas e que desmantelaram qualquer resquício da liberdade do Líbano. A sociedade libanesa institucionalmente sectária e sua elite política - que por muito tempo foi militarizada - permite que atores externos adentrem às questões internas do país e as modifiquem de acordo com seus interesses.

Infelizmente, a retirada de Israel, em 2000, e da Síria, em 2005, não significou o completo fim das intervenções na política do Líbano. Em 2006, Israel invadiu novamente o país. E tanto a Síria quanto Israel exercem sua influência apoiando coalizões políticas que representam seus interesses.

Zahreddine (2009) afirma que “a política libanesa possui um papel central para compreendermos os projetos de poder das potências regionais e globais para o Oriente Médio”. Ou seja, o estudo da política libanesa permite uma visão ampla sobre o Oriente

Médio. Projetos da França, de Israel, da Síria, da OLP e do Irã, para citar alguns, foram materializados no Líbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Renato José da. **O islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Acesso em: 2017-06-08.
- EL HUSSEINI, Rola. Hezbollah and the Axis of Refusal: Hamas, Iran and Syria. **Third World Quarterly**, v. 31, n. 5, p. 803-815, set, 2010.
- FELDBERG, Samuel. Acordo de Sykes-Picot (1916). In: MAGNOLI, Demétrio (Org). *História da Paz*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FISK, Robert. **Pobre Nação**: As guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HINNEBUSCH, Raymond. Pax□Syriana? The origins, causes and consequences of Syria's role in Lebanon. **Mediterranean Politics**, v. 3, n. 1, p. 137-160, 1998.
- HUDSON, Michael. Palestinians and Lebanon: the common story. **Journal of Refugee Studies**, v. 10, n. 3, p. 243-260, 1997.
- KAYE, Dalia Dassa. The Israeli Decision to Withdraw from Southern Lebanon: Political Leadership and Security Policy. **Political Science Quarterly**, v. 117, n. 4, p. 561-585, 2002.
- MEIHY, Murilo. **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016.
- NORTON, Augustus Richard. Hezbollah: a short history. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- PAIXÃO, Quintela. O Médio Oriente: Caracterização, factores de instabilidade e perspectivas futuras. **Nação e Defesa**, 1997 n, 82 p.7-35
- PINO, Domingo del. **A Tragédia do Líbano**: retrato de uma guerra civil. São Paulo: Clube de Livro, 1988
- PRIOR, Michael. **Zionism and the state of Israel**. London: Routledge, 1999.
- ROWAYHEB, Marwan George. Political Change and the Outbreak of Civil War: The Case of Lebanon. **Civil Wars**, v. 13, n. 4, p. 414-436, 2011.
- WINSLOW, Charles. **Lebanon**: war and politics in a fragmented society. London: Routledge, 1996.

YAHTEL, Ido; HONIG, Or. **The Father's Success and the Son's Failure**: Explaining the Growth of Lebanon's Resistance to Syria's Invisible Occupation

ZAHREDDINE, Danny. **Os círculos concêntricos da política libanesa e suas repercussões para o Oriente Médio**. 2011. Disponível em:

<http://geopolitics.com.br/Os%20c%C3%ADrculos%20conc%C3%AAntricos%20da%20pol%C3%ADtica%20libanesa%20e%20suas%20repercuss%C3%B5es%20para%20o%20Oriente%20M%C3%A9dio.pdf>

ZISSER, Eyal. The Israeli–Syrian–Lebanese Triangle: The Renewed Struggle over Lebanon. **Israel Affairs**, v. 15 n. 4, p. 397-412, set. 2009.